

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pará de Minas reuniu-se no dia 29 de dezembro de 2015, às 9 horas, na sala de licitações nº 3-8, localizada na sede da Câmara, situada na av. Presidente Vargas, nº 1.935, bairro Senador Valadares, município de Pará de Minas/MG, para dar continuidade a este certame. Foi dado prazo para escoimação pela empresa Thyssenkrupp Elevadores SA., que apresentou documentação dentro do prazo legal. A empresa apresentou: certidão de regularidade para com a fazenda municipal autenticada; certidão de regularidade para com a fazenda federal (cuja autenticidade foi conferida pela Comissão por meio da internet); declaração de visita técnica (item 2.4.d do edital), tendo a empresa cumprindo tais requisitos. Quanto à prova de inscrição no cadastro municipal da sede da empresa, a licitante informou, em nota de esclarecimento datada de 17 de dezembro de 2015 e anexa ao processo, que a prefeitura de Juiz de Fora (onde se localiza a filial) não emite certificado de inscrição municipal e que, portanto, a regularidade da inscrição se dá pela certidão de débitos municipais, que está regular e foi apresentada à Comissão; no entanto, a comprovação de inscrição municipal a ser apresentada, conforme o edital (item 2.2.b), deveria ser a da sede da licitante, no caso, da cidade de Guaíba/RS e, por isso, a presidente da Comissão entrou em contato com a prefeitura da cidade de Guaíba e foi informada pelo secretário de Fazenda que a prefeitura dessa cidade não emite o certificado para empresas, assim como a prefeitura de Juiz de Fora, conforme informado na nota de esclarecimento citada; assim sendo, a Comissão, tendo conhecimento do sistema *Gis On Line* (Portal de Escrituração Online para Empresas), no qual poderia ser comprovado o cadastro municipal, consultou a situação fiscal cadastral municipal da empresa, verificando que a licitante encontra-se regular, com o comprovante de inscrição e de situação cadastral, pelo fato de a prefeitura realmente não emitir o certificado para a empresa e de ter sido constatado que a inscrição municipal está regular, a Comissão entende que seria excesso de formalismo inabilitar a licitante por esse motivo, de modo que a empresa cumpre, assim, esse requisito do edital. A empresa também reapresentou atestado de capacidade técnica, o qual foi analisado pelo Assessor Técnico Especial da Câmara Osvaldo Fonseca Filho, sendo constatado que a empresa cumpriu o edital nesse requisito. Quanto ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, a licitante, apresentando o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, informou, na mesma nota de esclarecimento supracitada: que o balanço da empresa é unificado, ou seja, consta o movimento da Matriz e suas filiais como uma empresa única que de

fato é; que o exercício social da empresa tem início em 1º de outubro e término em 30 de setembro do ano seguinte e que foi enviado o balanço atualizado de setembro de 2015; que o balanço foi encerrado, mas falta o respectivo registro na Junta Comercial. A Comissão, fazendo uma análise detalhada dos documentos e da legislação vigente, observa que: o fato de o balanço da empresa ser unificado encontra respaldo no art. 248 da Lei 6.404/1976, que dispõe sobre a sociedade por ações, considerando que a administração deve respeitar a legislação conforme a natureza das sociedades; o balanço patrimonial enviado está atualizado. Quanto ao fato de o balanço não ter sido objeto de registro na Junta Comercial, apresentado na citada nota de esclarecimento, a Comissão esclarece que esta não é uma exigência do edital. O balanço foi conferido pela Diretora Contábil, Financeira e Patrimonial da Câmara, Viviane Luzia Ambrósio Nunes, tendo sido comprovada a boa situação financeira da licitante, conforme item 2.3.2 do edital. Dessa forma, tendo a empresa Thyssenkrupp Elevadores SA. cumprindo as exigências legais, fica ela declarada **HABILITADA** no certame, abrindo-se o prazo para recurso. Nada mais a tratar, a presidente da comissão encerrou a sessão e lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada e juntada ao respectivo processo. Pará de Minas, 29 de dezembro de 2015.

Danielle Souza Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Carmélia Cândida da Silva Delfino

Carla Caroline Ferreira Ribeiro

Elenice Silva Ferreira

Euler Aparecido de Souza Garcia